

ATA	Pág. 1/8
------------	----------

Designação	N.º	11/2011
Reunião Conselho Executivo da CIMT	Data	20/12/2011
Presenças		
Presidência	Nome	
Presidente CE da CIMT	António Rodrigues	
Vice - Presidente CE, Presidente CM Constância	Máximo Ferreira	
Restantes Membros		
Presidente CM Abrantes	Maria do Céu Albuquerque	
Presidente CM Alcanena	Fernanda Asseiceira	
Presidente CM Entroncamento	Jaime Ramos	
Presidente CM Ferreira do Zêzere	Jacinto Lopes	
Vice-Presidente CM Sardoal	Miguel Borges	
Vice-Presidente CM Tomar	Carlos Carrão	
Presidente CM Vila Nova da Barquinha	Miguel Pombeiro	
Outros		
CIMT	Secretária Executiva	
CIMT	Cristina Diogo	
CIMT	Rita Trindade	
Ordem de Trabalhos		
09h30		
Assembleia Geral da Agência de Energia MT 21		
ATA		
Aprovação da ata da reunião anterior		
ANTES DA ORDEM DO DIA		
1. Informações		
ORDEM DO DIA		
2. Situação Financeira – Ponto de Situação		
3. Resumo Diário de Tesouraria		
4. QREN/Contratualização – Ponto de Situação		
5. Plataforma Eletrónica de contratação pública – apresentação de resultados da sessão realizada no dia 13/12/2011 e das propostas da área		
6. Central de Compras da CIMT		
6.1. Ponto de situação e planeamento		
6.2. Apresentação do sítio da CC-CIMT		
6.3. Portal Comercial do Médio Tejo – MT.com		
PROPOSTAS		
7. Proposta para aquisição de serviços para a Atualização e Retificação de Cartografia Numérica Vetorial á escala 1: 10 000 para a Região do Médio Tejo – Procedimento CP/02/2011		
8. Proposta de prorrogação do prazo contratual – Contrato de implementação de Redes de Área Local e Sistemas de Videovigilância nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico		
OUTROS ASSUNTOS		
9. Integração de Mação na NUT III do Médio Tejo		

9.1. Posição do INE

9.2. Introdução de Portagens

- Ofício IEP
- Ofício CM Alcanena
- PIB do Médio Tejo

10. Levantamento dos projetos de investimento dependentes de autorização/licenciamento –
Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares

11. ARSLVT – Unidades Móveis de Saúde

Assembleia Geral da Agência de Energia Médio Tejo 21

Esta reunião foi presidida pela Presidente do Conselho de Administração da Agência de Energia Médio Tejo 21, Dra. Maria do Céu Albuquerque, tendo sido redigida a ata pelos serviços desta entidade.

ATA

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da ata da reunião anterior, anexa á presente ata a da qual faz parte integrante.

O Senhor Vice-Presidente da CM do Sardoal referiu que após ter lido a ata sobre ponto que referia a questão financeira do Sardoal, nunca tinha sido intenção da Autarquia colocar em causa o pagamento à CIMT.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues por outro lado, saudou a câmara municipal de Alcanena pelo facto de esta ter liquidado toda a dívida que tinha com a CIMT.

Depois de lida foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Executivo.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Informações

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues passou a palavra à Presidente da CM de Abrantes que apresentou alguns esclarecimentos sobre o projeto do transporte a pedido, nomeadamente a reunião que teve lugar no IMTT onde foi estabelecido um procedimento de trabalho. Referiu de igual modo a reunião com a empresa TIS e a reunião que teve lugar na CIMT com a TIS, com a CM de Mação sobre o projeto piloto. Focou que tinha ficado agendada a próxima reunião sobre esta matéria no dia 29 de Dezembro.

Os Senhores Presidentes ficaram elucidados do andamento dos trabalhos.

ORDEM DO DIA

2. Situação Financeira

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do mapa de participações em dívida com ponto de situação em 15 de Dezembro de 2011, anexo à presente ata e do qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

3. Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do Resumo Diário de Tesouraria n.º 226/2011 em 30/11/2011, anexo à presente ata e do qual faz parte integrante.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

4. QREN/Contratualização – Ponto de Situação

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ponto de situação da contratualização com análise da taxa de aprovação e de execução, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, comentou que em 2011 os autarcas foram “enrolados” pelo governo no que diz respeito à gestão do QREN, pois para se fazerem face a alguns pagamentos outros ficaram em atraso. Comentou que o livro Verde da Reforma da Administração Local no fundo deveria servir para excluir o que até então estava em vigor, comentando de igual forma que, com as propostas de Lei que parecia estar a ser preparada, a assembleia municipal, podia por exemplo “via a mandar” na câmara municipal.

Referiu também que o balcão de mérito não existe.

O Senhor. Presidente do Conselho Executivo comunicou aos presentes que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha tinha uma proposta a apresentar face à verba FEDER que tinha sido retirada do projeto “Requalificação e Transformação em Arruamento da ex-EN3”. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha informou os presentes que tinha sido efetuado um corte nessa candidatura, em fase de reprogramação, de cerca de 600 mil euros. Dado que tinha ainda candidaturas submetidas no balcão permanente que não foram alvo de aprovação por falta de dotação financeira, colocava a aprovação da afetação do FEDER correspondente ao investimento de 600 mil euros a duas candidaturas que se encontravam concluídas. A técnica Sónia Santos referiu que na última reprogramação de verbas entre as tipologias contratualizadas, esse FEDER foi afeto a projetos de Vila Nova da Barquinha nomeadamente, ao Centro Escolar de Vila Nova da Barquinha para ser reprogramado para uma taxa de comparticipação FEDER de 80% e à aprovação da nova candidatura “Adaptação/ Remodelação da Escola EB1 a Jardim de Infância”. Mais informou que o reforço que a CIMT recebeu para aprovar novos centros escolares foi feito, dado que se comprovou que toda a verba da contratualização estava afeta a projetos e que era então necessário esse reforço. O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues deu a sua opinião referindo que o município de Vila Nova da Barquinha deveria desistir da reprogramação do Conselho Executivo de Vila Nova da Barquinha e aproveitar essa verba para a aprovação de novas candidaturas. O município de Vila Nova da Barquinha ficou então de ponderar a estratégia a seguir para a aprovação das duas candidaturas submetidas em regime de balcão permanente.

A Senhora Presidente da CM de Abrantes, a pedido do Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, deu alguns esclarecimentos sobre a reunião que tinha tido lugar em Coimbra no passado dia 7 de Dezembro sobre a apresentação do programa Jessica. Comentou que a CGD tinham feito a apresentação deste projeto para alavancar processos no âmbito da regeneração urbana. Referiu que a grande vantagem deste fundo eram as taxas de juro sendo o único problema os empréstimos bonificados que entram no endividamento das Câmaras Municipais. Disse que estava já agendada uma reunião para o próximo ano, a 13 de Janeiro, com a Caixa Geral de Depósitos e solicitou se era possível após esta reunião do dia 13 de Janeiro marcar também uma reunião com a CGD na CIMT. Para isso alertou que era pertinente cada câmara municipal fazer o seu trabalho de casa, ou seja, cada câmara municipal avaliar o que no âmbito da regeneração urbana pretende fazer no seu centro histórico.

Os Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo.

5. Plataforma Eletrónica de Contratação Pública - apresentação de resultados da sessão realizada no dia 13/12/2011 e das propostas da área

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 05/2011/SS – Plataforma Eletrónica para a Formação dos Contratos Públicos, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues referiu que tendo em conta que as datas de adjudicação e, conseqüentemente o termo do contrato celebrado com a empresa Vortal ou Gatewit diferem de entidade para entidade, tornava-se difícil a CIMT efetuar uma negociação conjunta, pelo que se colocava à consideração dos restantes Presidentes a aprovação das seguintes situações: a) lançamento de um procedimento concursal com convite a todas as empresas aqui referidas, para as entidades que pretendam que seja a CIMT, numa lógica de economias de escala, a efetuar-lo; b) no caso das entidades que não pretendam o lançamento do procedimento concursal por parte da CIMT, aconselha-se que estas efetuem o seu procedimento concursal com o convite a todas as entidades, uma vez que se pretende que o carácter concorrencial faça com que as empresas apresentem condições comerciais mais vantajosas.

Face ao apresentado, o Conselho Executivo deliberou por unanimidade, aprovar a hipótese b), devendo a técnica Sónia Santos informar as CM desta situação.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

6. Central de Compras da CIMT

6.1. Ponto de situação e planeamento

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um ponto de situação sobre o andamento dos trabalhos da central de compras da CIMT, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva referiu que já se encontrava concluída a análise da despesa relevante para a centralização do conjunto de Municípios do Médio Tejo; que estava em fase de conclusão o sítio da central de compras; que estava concluído o desenho funcional primário do portal comercial do médio tejo (MT.com), bem como, estavam identificadas as categorias primárias sob proposta dos municípios.

De igual modo, referiu que se tinham iniciados os trabalhos de recolha de informação necessária à conceção das peças concursais relativas a combustíveis; comunicações, contratos de manutenção dos equipamentos de elevação, inspeções dos equipamentos de elevação, de forma a avaliar o impacto financeiro da atribuição da competência inspectiva à CIM Médio Tejo e por fim equipamentos de proteção pessoal.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do ponto de situação.

6.2. Apresentação do sítio da CC-CIMT

Foi presente ao Conselho Executivo uma imagem da home page do sítio da CC-CIMT.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do seu conteúdo, tendo manifestado agrado com o que viram.

6.3. Portal Comercial do Médio Tejo – MT.com

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 06/2011/EP-ACI – portal informativo de cotações do médio tejo, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

Neste ponto da reunião estiverem presentes da CIMT os técnicos Sónia Santos e Tiago Monteiro, bem como, Hugo Virgílio da Virgília, Mira, Sacoto & Associados, com o intuito de esclarecerem os Senhores Presidentes sobre a viabilidade de se avançar com os trabalhos no âmbito do portal comercial do médio tejo. Foi apresentado um parecer jurídico por parte de Virgília, Mira, Sacoto & Associados, anexo de igual modo à presente ata e do qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva lembrou os Senhores Presidentes que na passada reunião do Conselho Executivo tinha sido apresentado um parecer por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre esta matéria e que, referiu ser bastante limitativo, uma vez que se baseava apenas em conceitos básicos de direito perfeitamente irrefutáveis e inatacáveis, enunciando normas genéricas de direito, não apresentando qualquer solução jurídica para a concretização do portal comercial do médio tejo.

Esclareceu ainda que, face à larga experiência do advogado da Área Metropolitana de Lisboa (AML), Hugo Virgílio, ao nível da contratação pública e de apoio ao funcionamento da central de compras da AML, o mesmo fez remeter à CIMT um parecer, o qual é favorável à implementação do portal comercial do médio tejo.

Face ao exposto, foram tecidos alguns comentários por parte dos Senhores Presidentes, tendo-lhes sido esclarecidas algumas questões.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues colocou à consideração dos restantes Presidentes a aprovação do modelo de funcionamento do MT.com – Portal Comercial do Médio Tejo no sentido de funcionar como um portal informativo das condições comerciais praticadas pelas empresas, com a finalidade de consulta por parte das entidades que fazem parte da Central de Compras da CIMT.

A Senhora Presidente de Abrantes solicitou que lhe fosse enviado um memorando da Central de Compras.

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido portal nos moldes acima descritos.

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

PROPOSTAS

7. Proposta para aquisição de serviços para a Atualização e Retificação de Cartografia Numérica Vetorial á escala 1: 10 000 para a Região do Médio Tejo – Procedimento CP/02/2011

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da Informação n.º 43/SIG/2011 – aquisição de serviços para a atualização e retificação de cartografia numérica vetorial à escala 1:10 000 para a região do médio tejo – procedimento n.º CP/02/2011, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, informou os restantes Presidentes que era necessário nesta reunião proceder-se à autorização para notificação da apresentação dos documentos de habilitação aos restantes concorrentes, e autorização para aprovação da minuta do contrato, no que respeita a esta proposta apresentada para a aquisição de serviços para a Atualização e Retificação de Cartografia Numérica Vetorial á escala 1: 10 000 para a Região do Médio Tejo.

O Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar a informação em causa, nomeadamente a autorização para notificação da apresentação dos documentos de habilitação aos restantes concorrentes, e autorização para aprovação da minuta do contrato

Mais, foi deliberado por unanimidade que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

8. Proposta de prorrogação do prazo contratual – contrato de implementação de Redes de Área Local e Sistemas de Videovigilância nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Foi presente ao Conselho Executivo cópia da informação n.º 35/2011/GE – contrato: implementação de redes de área local e sistemas de videovigilância para o 1.º ciclo do ensino básico, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues, referiu que havia necessidade de se efetuarem algumas modificações objetivas ao contrato inicial face às especificidades de cada escola e de modo a salvaguardar a melhor solução técnica, ou seja, tornava-se necessário alterar o número de equipamentos previstos.

Face ao exposto, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade aprovar as modificações objetivas ao contrato nos moldes apresentados nesta informação, bem como, aprovar a prorrogação do prazo contratual até 31.01.2012.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

9. Integração de Mação na NUT III do Médio Tejo

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um email da CCDRC (Mais Centro), com uma resposta solicitada pela Secretária Executiva da CIMT sobre a integração de Mação na NUT III do Médio Tejo, anexo à presente ata e do qual faz parte integrante.

O referido email refere que tendo sido questionado o Instituto Nacional de Estatística sobre esta matéria foi informada a CCDRC que a organização da difusão de estatísticas regionais é imposta pelo Regulamento do Parlamento e do Conselho (CE) n.º 1050/2003, o qual se sobrepõe à legislação nacional sobre esta matéria, não sendo possível prever uma data para que o mesmo venha a ser alterado.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento desta situação e manifestaram preocupação pelo facto desta situação poder vir a prejudicar a região por induzir a valores estatísticos incorretos.

9.1. Posição do INE

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício n.º 233/CD/2010 – disponibilização de dados NUT III, enviado pelo Instituto Nacional de Estatística, em resposta a um pedido da CIMT, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

O referido ofício refere que a organização e difusão de estatísticas regionais pelo sistema estatístico nacional são definidas pelo regulamento do parlamento e do conselho (CE) n.º 1050/2003, o que se sobrepõe à legislação nacional sobre esta matéria.

Refere ainda que o Instituto Nacional de Estatística já propôs à Comissão uma alteração das NUT 3, a qual foi rejeitada por não contribuir para uma aproximação aos critérios definidos no n.º 2 do Artigo 3.º do Regulamento.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento desta informação apresentada pelo Instituto Nacional de

Estatística e, mais uma vez manifestaram alguma dúvida da justificação apresentada face à situação anteriormente verificada com o PIS, bem como, receiam as consequências deste facto.

9.2. Introdução de Portagens

- **Ofício IEP**
- **Ofício CM Alcanena**
- **PIB do Médio Tejo**

Foram presentes ao Conselho Executivo cópia de 3 documentos distintos respetivamente um ofício das Estradas de Portugal, um ofício da CM de Alcanena, bem como uma informação, n.º 41/SIG/2011 – cálculo do produto interno bruto – região do Médio Tejo, ambos os documentos anexos à presente ata e do qual fazem parte integrante.

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues referiu que os preços praticados nas SCUT da A23 eram absurdos e deveria o médio tejo tomar uma posição sobre esta matéria, referindo que os valores ali praticados deveriam ser revistos.

A Secretária Executiva comentou de igual modo que a questão de Mação não estar incluída na NUT III do Médio Tejo, também estava a prejudicar esta região, visto não ser possível contabilizar corretamente o PIB para o cálculo destes valores.

A Senhora Presidente da CM de Abrantes comentou que já tinha sido aprovada uma moção em assembleia municipal para que fosse tomada uma posição por parte do governo sobre esta matéria.

A Senhora Presidente da CM de Alcanena referiu o documento enviado à sua autarquia sobre uma ação popular instaurada no sentido de se obter a declaração de inconstitucionalidade das portagens fixadas para as antigas SCUT em montantes excessivos. Face à apresentação deste documento com o qual o Conselho Executivo não concordou, foi deliberado por unanimidade que quaisquer assuntos no âmbito da A23, seriam articulados diretamente entre a CIMT e as entidades competentes, não havendo lugar a manifestações individuais por parte de cada um dos municípios pertencentes a esta comunidade intermunicipal.

Face aos constrangimentos referidos no que toca a esta matéria, o Conselho Executivo deliberou, por unanimidade solicitar uma audiência ao Ministro da Economia e do Emprego, com carácter urgente, para abordar a questão dos valores que estão a ser cobrados aos utentes na A23 e na A13. Foi de igual modo aprovada por unanimidade a redação de uma moção conjunta sobre os valores especulativos impostos pelo Governo para a A23 e para a 13, devendo ser dado conhecimento desta moção às várias entidades competente do governo sobre esta matéria, bem como, redigir uma nota à imprensa para conhecimento da posição dos autarcas do médio tejo.

10. Levantamento dos projetos de investimento dependentes de autorização/licenciamento – Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

Foi presente ao Conselho Executivo cópia do ofício enviado pelo Ministro Miguel Relvas, sobre um pedido para que fossem identificados os projetos de investimento cuja aprovação e/ou execução estivessem dependentes de qualquer tipo de autorização ou licenciamento por parte de quaisquer organismos da Administração Central, anexo à presente ata e do qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva fez um breve resumo aos Senhores Presidentes do andamento deste assunto, comentando que já tinha sido ultrapassado o prazo de resposta para se enviarem os elementos para o gabinete do Ministro, referindo de igual modo, que ainda se encontravam algumas CM em falta nomeadamente Alcanena, Mação, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Face ao referido pela Secretária Executiva, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. António Rodrigues alertou as CM para enviarem o solicitado para a CIMT, devendo a Secretária Executiva mandar um email para quem estava em falta dando um prazo, e, se após esse prazo se continuassem a não responder, então seguiriam as respostas que tínhamos para o gabinete do Ministro.

11. ARSLVT – Unidades Móveis de Saúde

Foi presente ao Conselho Executivo cópia de um ofício enviado pela ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva referiu que tínhamos recebido da ARSLVT uma resposta por parte do Mais Centro no âmbito de um pedido de aviso de abertura de candidatura respeitante às unidades móveis de saúde, o qual, tinha comunicado que neste momento a abertura de qualquer aviso de concurso era prematura visto se aguardarem instruções precisas da tutela sobre os investimentos em curso.

A Senhora Presidente da CM de Abrantes teceu de igual modo alguns comentários.

Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento deste assunto.